

SABERES CONCEITUAIS E COMPROMISSOS DA ALFABETIZAÇÃO

Mônica Ferreira Ramos¹, Marlise Heemann Grassi²

Resumo: A elaboração do presente artigo surgiu de estudo realizado para fundamentar o Trabalho de Conclusão (TC1) do Curso de Pedagogia, sob a forma de projeto de pesquisa e que teve como objetivo (re)construir conceitos envolvidos no processo de alfabetização para, posteriormente, investigar práticas pedagógicas desenvolvidas em primeiros anos do ensino fundamental. Esses conceitos, em permanente evolução, desafiam os educadores responsáveis pelo processo de aquisição da leitura e escrita. Seleciona-se para este artigo aspectos sobre as perspectivas do letramento e do processo de aprendizagem no período da alfabetização formal desenvolvido na escola, delineando dessa forma embasamento teórico a ser entrelaçado com práticas pedagógicas que favoreçam o ler e o escrever e considerem seus condicionantes e suas possibilidades sociais e culturais.

Palavras-chave: Alfabetização. Letramento. Conceitos.

INTRODUÇÃO

O ser humano, ao nascer, é um potencial de aprendizagem, de criação e de renovação que vai sendo construído e reconstruído durante todo o percurso de sua vida. É no contexto social, em contato com outros seres, que vai desenvolvendo sua personalidade. Esse desabrochar, impulsionado por muitas aprendizagens e experiências, pode ocorrer de forma espontânea, pela descoberta do mundo, pela imitação dos modelos que o rodeiam ou pelo processo educativo formal.

Entender o como a pessoa aprende é uma das grandes expectativas de alunos e alunas do Curso de Pedagogia, e em especial, aprender como se alfabetiza, que recursos, estratégias, competências e habilidades são necessárias para inserir uma criança, um jovem ou um adulto no mundo da leitura e da escrita. Além disso, é preciso conhecer as bases teóricas da aprendizagem e da alfabetização que vão constituir um suporte para o desenvolvimento dos complexos processos envolvidos na tarefa de ensinar.

O conhecimento teórico e prático é desafiado pela necessidade de contextualizar, de atender as diferenças de níveis, de faixa etária, de cultura e de experiências pessoais e sociais. Essas diferenças envolvem também as situações em que alunos têm necessidades educativas especiais. É preciso muito estudo, muita investigação, muito comprometimento e vontade de aprender continuamente, para que se possa cumprir a desafiante tarefa de ensinar, de alfabetizar.

Segundo Freire e Macedo (1990), a alfabetização não pode ser reduzida a experiências pouco criativas, que tratam dos fundamentos das letras e das palavras como uma esfera puramente mecânica, pois alfabetização é uma relação entre os educandos e o mundo, mediada pela prática reflexiva, comprometida e competente de um educador e pelos elementos que integram o ambiente natural e social em que vivem.

1 Graduada do curso de Pedagogia da Univates - monyfr@universo.univates.br

2 Doutora em Educação, Professora na Univates - marlisehg@univates.br

Criador de um método de alfabetização para adultos, Paulo Freire dedicou grande parte da sua vida discutindo os significados e os objetivos sociopolíticos e culturais deste processo, tão relevante para a construção da identidade e da cidadania.

Referindo-se a esse assunto, o educador afirma que

É impossível levar avante meu trabalho de alfabetização, ou compreender a alfabetização (e aqui tenho de me repetir, pois não tenho um modo melhor de responder à sua pergunta), separando completamente a leitura da palavra da leitura do mundo. Ler a palavra e aprender como escrever a palavra, de modo que alguém possa lê-la depois, são precedidos do aprender como “escrever” o mundo, isto é, ter a experiência de mudar o mundo e de estar em contato com o mundo (FREIRE; MACEDO, 1990, p. 31).

Ao longo da nossa história, a alfabetização foi se tornando uma preocupação para diversos segmentos da sociedade, pois é considerada mola propulsora do desenvolvimento, instrumento de luta por um futuro mais promissor para pessoas marginalizadas, caminho para uma vida melhor para a população. Mas, o que precisa saber o profissional que assume uma tarefa com tantas expectativas? Conceitos? Procedimentos? Leitura crítica da realidade? Desenvolver capacidades relacionais adequadas e harmoniosas?

É inegável a relevância de cada fator apontado, entretanto, elege-se neste texto o recorte sobre o conhecimento conceitual.

OS CONCEITOS ENVOLVIDOS NO TERMO ALFABETIZAÇÃO

O que significa ser alfabetizado? Que implicações têm essa condição para o indivíduo e para a sociedade?

Magda Soares, autora de diversas obras sobre alfabetização, ao discutir a questão do conceito afirma que esse não se refere “a uma habilidade, é um conjunto de habilidades, o que o caracteriza como um fenômeno de natureza complexa, multifacetado” (SOARES, 2010, p. 18).

A alfabetização consiste no aprendizado do alfabeto e de sua utilização como código de comunicação. Esse processo não se resume apenas à aquisição de habilidades mecânicas (codificação e decodificação) do ato de ler, mas na capacidade de interpretar, compreender, criticar, ressignificar e produzir conhecimento. A alfabetização envolve também o desenvolvimento de novas formas de compreensão e uso da linguagem de uma maneira geral. A alfabetização de um indivíduo promove sua socialização, já que possibilita o estabelecimento de novos tipos de trocas simbólicas com outros indivíduos, acesso a bens culturais e a oportunidades oferecidas pelas instituições sociais. A alfabetização é um fator propulsor do exercício consciente da cidadania e do desenvolvimento da sociedade como um todo.

Essa perspectiva ratifica a concepção de que ler e escrever é muito mais do que a habilidade de codificar e decodificar símbolos gráficos, é também considerar todas as dimensões ou facetas desse fenômeno bem como “a diversidade de suas relações com a sociedade e a cultura” (SOARES, 2010, p. 38).

A diferença entre alfabetização e letramento é revelada pelas pesquisas em Educação, em História, em Sociologia e em Antropologia. Segundo Soares (2002, p. 23),

[...] as pesquisas que se voltam para o estudo do número de alfabetizados e analfabetos e sua distribuição [...] ou que se voltam para o número de crianças que a escola consegue levar à aprendizagem da leitura e da escrita na série inicial são pesquisas sobre alfabetização; as pesquisas que buscam identificar os usos e práticas sociais da leitura e da escrita são pesquisas sobre letramento.

Um aspecto que, de certa forma, contribuiu para que se ressignificasse os conceitos foi a alteração do critério utilizado em levantamentos censitários.

Considera-se também que a palavra letramento tenha surgido como demanda da nova realidade social, marcada pela surpreendente evolução da Ciência e da tecnologia, em especial aquela que conecta o mundo em segundos e permite ao ser humano ter acesso instantâneo a informações sobre fatos que ocorrem em diferentes partes do planeta. Esse mundo da informação e da comunicação torna necessário o uso do ler e do escrever, do saber responder às exigências de leitura e de escrita que a vida na sociedade atual faz continuamente.

O desafio em muitos países é superar o analfabetismo, chaga social que interfere em todos os setores da vida pessoal e social. Lamentavelmente alguns cidadãos mal conseguem traçar as letras que compõem seu nome e não são capazes de escrever uma frase simples ou compreender o significado de um pequeno texto, formando uma categoria que autores como Delors (1996) e Viñao Frago (1993) denominam de analfabeto funcional.

A distância entre o analfabetismo funcional e os objetivos de uma alfabetização com perspectivas discursivas, literárias, sociológicas e políticas, entre outras, é imensa e é essa distância que precisa ser diminuída.

No Brasil, há muitas iniciativas nessa direção e alguns avanços são percebidos, mas ainda há uma longa trajetória a ser cumprida. Essa trajetória precisa contar com claras concepções sobre as dimensões do letramento, tema a ser proposto no segmento a seguir.

O SURGIMENTO DO CONCEITO E DA PERSPECTIVA DO LETRAMENTO

Letramento não é um gancho em que se pendura cada som enunciado, não é treinamento repetitivo de uma habilidade, nem um martelo quebrando blocos de gramática. Letramento é diversão, é leitura à luz de vela, ou lá fora, à luz do sol (SOARES, 2002, p. 41).

A palavra letramento foi lançada no mundo da educação através do livro de Leda Verdiani Tfouni, publicado em 1988, intitulado *Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso* no qual a autora discute a diferença entre letramento e alfabetização. Mais recentemente encontramos nos textos de Ângela Kleiman (1995) e nos livros de Magda Soares (2002, 2010) referências ao termo e seus significados (SOARES, 2002). Esses dados revelam que os conceitos de alfabetização e de alfabetismo sofreram modificações. Percebeu-se que sujeitos podem não saber ler e escrever, ser analfabetos, mas podem ser, de certa forma, letrados, utilizando a leitura e a escrita em práticas sociais.

Letramento é um conceito que vem sofrendo modificações mas, basicamente, refere-se ao conjunto de práticas sociais de uso da escrita em diversos contextos socioculturais. Tais práticas de letramento sempre existiram nas sociedades que fazem uso da escrita. É preciso, portanto, atentar para o fato de que o conceito de letramento, como prática social de uso da escrita, não é algo criado pelos meios científicos sem relação com o mundo que nos rodeia. Menos, ainda, trata-se de um método de alfabetização, como equivocadamente alguns professores passaram a compreendê-lo. As práticas de letramento são um fenômeno existente na realidade, que passou a ser estudado, discutido e caracterizado.

O conceito de Letramento (e, por extensão, de sujeito letrado) surgiu para dar conta da complexidade de eventos que lidam com a escrita. Mais amplo que o conceito restrito de alfabetização, a noção de letramento inclui não só o domínio das convenções da escrita, mas também o impacto social que dele advém.

Cada vez mais, o conceito de letramento é considerado central para a compreensão dos processos de ensino-aprendizagem e para a intervenção dos professores em sala de aula. Um

dos princípios que norteiam a perspectiva do letramento é que a aquisição da escrita não se dá desvinculada das práticas sociais em que se inscreve: ninguém lê ou escreve no vazio, sem propósitos comunicativos, sem interlocutores, descolado de uma situação de interação; as pessoas escrevem, leem e/ou interagem por meio da escrita, guiadas por propósitos interacionais, desejando alcançar algum objetivo, inseridas em situações de comunicação. Cabe lembrar ainda que esse processo é atravessado por valores e crenças dos mais diversos tipos.

Segundo Soares (2010, p. 82), “sob essa perspectiva funcional da alfabetização, que tem por objeto a função social da escrita, tem-se preferido usar o termo *letramento*”.

No Brasil, o termo letramento não substituiu a palavra alfabetização, mas aparece associada a ela. Podemos falar, ainda nos dias de hoje, de um alto índice de analfabetos, mas não de “iletrados”, pois sabemos que um sujeito que não domina a escrita alfabética, seja criança, seja adulto, envolve-se em práticas de leitura e escrita através de mediação de uma pessoa alfabetizada, e nessas práticas desenvolve uma série de conhecimentos sobre os gêneros que circulam na sociedade. Assim, por exemplo, crianças pequenas que escutam frequentemente histórias lidas por adultos, são capazes de pegar um livrinho e fingir que leem a história, usando, para isso, a linguagem característica desse gênero. Presenciamos essa realidade em sala de aula, crianças usando esse tipo de linguagem, e dessa maneira, fortalecendo e desenvolvendo sua imaginação e criatividade.

Esse complexo processo de apropriação da leitura e da escrita também traz alguns desafios que precisam ser superados pelo trabalho de um alfabetizador que encontra na sua sala de aula alunos que tiveram pouco ou nenhum contato com a linguagem de livros, revistas e jornais; crianças e jovens com necessidades especiais, condições de vida desfavoráveis e experiências anteriores pouco significativas ou até, geradoras de afastamento e rejeição à escola e a tudo que nela acontece. E é nesse sentido que a dimensão social da alfabetização assume contornos de um evento de grande significado.

A PERSPECTIVA SOCIAL DA ALFABETIZAÇÃO

Entendendo a criança e o educador como atores no processo de construção do conhecimento e leitores atentos do mundo e de si mesmos e na busca de maior compreensão de todos os fatores que envolvem as aprendizagens em diferentes dimensões, este estudo buscou aportes teóricos que pudessem contribuir com a formação de uma pedagoga interessada em investigar as manifestações das aprendizagens, e das marcas culturais evidenciadas no desempenho de crianças matriculadas nos anos iniciais do ensino fundamental, em escolas da região do Vale do Taquari.

Considerando a concepção construtivista sobre o aprender, uma das atitudes mais importantes é investigar o que a criança já sabe e em que contexto esses saberes foram construídos. Esse respeito à identidade da criança é uma das funções sociais que mais pode contribuir com a aprendizagem da leitura, da oralidade, da escrita como manifestação do pensamento autêntico e autor, passível de reestruturações convencionais.

Segundo Vygotsky (1991), a aprendizagem é um processo de internalização dos signos e ferramentas socialmente construídos, não como uma acumulação, mas uma reconstrução, uma reelaboração dos significados que lhe são transmitidos culturalmente. Existe um percurso de desenvolvimento intelectual, mas é a aprendizagem que possibilita o despertar de processos internos de desenvolvimento que, não fosse o contato do indivíduo com um certo ambiente cultural, não ocorreriam. Essa concepção atrela o processo de desenvolvimento à relação do indivíduo com o ambiente sociocultural em que vive e com sua situação de organismo que não se desenvolve plenamente sem o suporte de outros indivíduos de sua espécie.

A implicação desse pressuposto vigotskiano para o ensino escolar é relevante, e permite concluir que a intervenção intencional de um educador no processo de aprendizagem é fundamental. Ao enunciar o conceito de zona de desenvolvimento proximal, e considerar o nível de aprendizagem real do educando o teórico faz refletir sobre as possibilidades da ação educativa de um alfabetizador nas situações de carência social, cultural e cognitiva. O alfabetizador pode ser a única referência de vida para uma criança, se sua mediação pedagógica for impulsionada pela crença de que a transformação é possível, de que a vida pode tomar novos rumos, que podemos ser produtores de cultura, de que as diferenças são aspectos favoráveis ao aprender.

Não é preciso querer mudar a sociedade, é preciso proporcionar no seu espaço de atuação as condições para a formação de cidadãos críticos e responsáveis, capazes de beneficiar as comunidades com sua forma de agir e trabalhar. O exercício dessa competência educativa e social exige clareza de propósitos, saberes construídos pelo estudo e pelo compartilhamento de experiências, assunção do compromisso político e social e, principalmente, fé na alfabetização e no letramento como instrumentos de qualificação da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alfabetizar é ensinar, é aprender, é conviver com o outro, e exige dos responsáveis saberes muito mais complexos do que a aplicação de técnicas, métodos ou receituários comuns a todos os aprendentes.

Ler é a capacidade de reconhecer o meio que cerca o ser humano, é perceber diferenças e semelhanças nos elementos da natureza, é codificar e decodificar símbolos gráficos e é, também, entender as complexas argumentações de um artigo científico ou os enunciados de um ensaio literário.

Escrever é expressar pensamentos através de simbólicas garatujas, é ensaiar o traçado de uma letra, é compor uma palavra e uma frase juntando letras numa sequência significativa e é também escrever uma tese de doutorado.

Aprender a ler e a escrever pode constituir uma longa trajetória, uma permanente construção que vai assumindo dimensões e significados de acordo com os contextos, as oportunidades e os desafios que encontra.

Essa trajetória é integrada pelo processo formal de alfabetização, que ocorre na escola. É de responsabilidade de um professor ou de uma professora que, para cumprir sua função, necessita de uma enorme bagagem de conhecimentos e saberes. Saberes, segundo Charlot (2000), são construídos pelo sujeito quando dialoga, quando expõe seus pontos de vista e ouve os dos outros, quando se liberta da hegemonia da subjetividade.

Nesse sentido o presente texto expõe seus argumentos, defendendo a ideia de que existem conceitos relacionados ao processo de alfabetização que devem ser objetos de discussão e elaboração coletiva. Conceitos são construções inacabadas, ressignificadas e constantemente questionadas; são saberes que constituem compromisso e abertura para o aprender.

REFERÊNCIAS

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**. Elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. Lisboa: Edições ASA, 1996.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. **Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002

_____. **Alfabetização e Letramento**. São Paulo: Contexto, 2010.

VIÑAO FRAGO, Antônio. **Alfabetização na sociedade e na história**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.